

Comumente se indica que a proliferação de trabalhos acadêmicos sobre o passado colonial da Amazônia está associada a expansão dos Programas de Pós-graduação no Brasil, na virada do século XX para o XXI. Mas, mesmo antes desse fenômeno, importantes pesquisas foram realizadas a respeito do passado colonial da Amazônia, servindo como base de sustentação para o ponto de inflexão que ocorreria. Entre esses importantes trabalhos podemos destacar as pesquisas de Barbara Sommer e Ângela Domingues. As duas pesquisadoras, que concluíram seus doutorados quase que ao mesmo tempo e tratando sobre temáticas aproximadas, foram fundamentais para o desenvolvimento da “moderna” historiografia sobre a Amazônia colonial. Nos dias atuais, é muito difícil que algum trabalho passe pela Amazônia colonial sem pagar o devido “pedágio” as obras dessas duas importantes historiadoras.

Na presente entrevista, tive a grande satisfação de conversar com a Prof.^a Barbara Sommer. Atualmente, Professora Emérita, aposentada, do Gettysburg College, na Pensilvânia. uma historiadora pioneira, que no fim dos anos 1990 buscou compreender uma série de questões a respeito da Amazônia colonial que estavam ao largo do nosso conhecimento – muito deficitário – sobre esse período histórico. A professora Sommer inovou ao tratar sobre as relações entre os grupos indígenas e o aparato colonial português, na mesma época em que no Brasil começavam a aflorar os estudos da chamada “Nova História Indígena”. Além disso, as pesquisas da Prof.^a Sommer traziam uma ótica nova para os fundos documentais do Arquivo Público do Pará. Até mesmo trazendo informações desconhecidas presentes nesse riquíssimo acervo documental – que até hoje possui códices que ainda não foram analisados.

A presente entrevista foi realizada em inglês e contou com a tradução do Prof. Décio Guzmán, que também adicionou as notas de rodapé. Por ter a convicção de que a trajetória pessoal do pesquisador exerce grande influência sob a maneira como suas pesquisas se desenvolvem, procurei trazer perguntas que pudessem fazer o público leitor conhecer melhor a Prof.^a Barbara Sommer para além dos textos acadêmicos. Tenho certeza de que a presente entrevista é uma valiosa oportunidade para os novos pesquisadores se inspirarem em suas próprias trajetórias através dos passos da Prof.^a Sommer. Acabo optando por não entrar em muitos detalhes a respeito do que os leitores vão encontrar em seguida, para que a história seja, de fato, narrada pela sua própria autora. Por fim, gostaria de agradecer enormemente a gentileza da Prof.^a Barbara

¹ Entrevistador

² Tradução do inglês e notas

Sommer em ceder a entrevista, pelas inúmeras mensagens trocadas e por toda a sua disposição em participar.

AP - Para começar, a senhora poderia falar um pouco sobre a sua trajetória acadêmica e profissional? Como a senhora definiria a sua atuação como historiadora?

Primeiramente gostaria de agradecer aos organizadores deste dossiê Dr. André José Santos Pompeu e Dr. Décio Guzmán pela oportunidade de refletir sobre minha estadia no Brasil, especialmente no Pará – trouxe lembranças maravilhosas. Também quero agradecer ao Dr. Rafael Chambouleyron por seus esforços persistentes para publicar meu artigo em português e ao Dr. Márcio Meira pela tradução do artigo.

Durante a década de 1970, se você se lembra, os estudos eram fortemente focados na história econômica e na análise quantitativa e, embora eu reconhecesse o valor desse trabalho, fui mais atraída por temas culturais e sociais. Então, depois de completar meu B.A. [Bachelor of Arts] em História no Colorado College em dezembro de 1978, e depois de fazer pesquisas para o maior escritório de advocacia de Chicago, ingressei no Programa de Mestrado em História da Arte da Universidade de Chicago em janeiro de 1981. Naquele verão, fui para Santa Fé, no Novo México, e fiz um curso de leitura independente [Independent readings³] sobre arte indígena, escrevendo um artigo sobre a antiga cerâmica Mimbres da região. No Novo México, no sudoeste dos EUA, os povos agrícolas nativos americanos, embora colonizados pelos espanhóis no início do século XVII, mantiveram grande parte de suas terras e relativa autonomia. No verão seguinte, meu então companheiro John Monteiro e eu fomos para o México com colegas da universidade, onde visitamos sítios arqueológicos e comunidades indígenas. As regiões coloniais espanholas tiveram paralelos na experiência histórica paraense que, mais tarde, me levaram a questionar algumas das caracterizações padrão da história amazônica.

No outono de 1982, mudei-me definitivamente para Santa Fé e passaria uma década viajando de modo prolongado pela América Latina e trabalhando com meu marido, James Dunlap, para estabelecer “Allá”, nossa galeria de arte/livraria especializada em espanhol e português. Allá foi um centro de atividade durante este período: Exilados chegaram à Santa Fé da Guatemala, de El Salvador, do Chile, do Uruguai e assim por diante; e embora a Teologia da Libertação tivesse sido adotada por muitos católicos na América Latina, alguns padres foram removidos de suas paróquias e levados para um centro em Jemez Springs, perto de Santa Fé, onde deveriam ser “reformados”. Em vez disso, eles vinham nos sábados livres para Allá para

³ Um curso de Leituras Independentes [Independent readings] é ideal para alunos mais avançados com uma agenda de pesquisa em andamento, que desejam escrever uma tese em seu último ano de graduação no nível superior ou buscar estudos de pós-graduação após a formatura na graduação.

conhecer as últimas publicações “subversivas”. Era também a época do Movimento Santuário⁴, quando os que ajudavam trabalhadores sem documentos civis eram presos. Também conhecíamos vários defensores dos direitos indígenas no noroeste do México e, embora essas comunidades não pegassem em armas, seus afins em Chiapas iniciaram o levante zapatista com sucesso notável em 1994.

Recebemos escritores como Eduardo Galeano, José Donoso e Sandra Cisneros e fizemos mostras de arte e fotografia, incluindo nosso amigo, o grande fotógrafo mexicano Manuel Alvarez Bravo. Em 1985, produzimos para a Televisa mais de 1.000 artigos sobre história, arte e cultura mexicanas a fim de oferecer material de fundo para jornalistas que cobriram a Copa do Mundo de 1986. Como resultado deste trabalho, ficamos no camarote da Televisa no Estádio Azteca para ver a Argentina levar o troféu. Então, durante os verões de 1991 e 1992, trabalhamos para a arqueóloga Dra. Anna C. Roosevelt no Projeto do Baixo Amazonas no Pará. Foi o acúmulo de todas essas experiências que levou à minha decisão de ingressar no doutorado. Ingressei no Programa de História da Universidade do Novo México (UNM) em 1993 com especialização na América Latina.

Quanto aos meus compromissos profissionais, depois de terminar o doutorado em 2000, dei aulas em tempo integral pela primeira vez no Gustavus Adolphus College, em St. Peter, Minnesota, incluindo um curso que ministrei chamado “Amazônia: uma perspectiva eco-histórica”. No ano seguinte, aceitei um cargo permanente no Departamento de História do Gettysburg College, na Pensilvânia, iniciando uma viagem de ida e volta ao Novo México (aproximadamente 3.000 km) que duraria vinte anos. Entrei para a equipe editorial do *The Americas: A Quarterly Review of Latin American History (Cambridge Journals)* em 2007, onde pude ajudar vários acadêmicos brasileiros a publicar seus primeiros artigos em inglês nos Estados Unidos. Eu também coordenei o Programa Interdisciplinar de Estudos Latino-Americanos em Gettysburg de 2006 a 2010, e apliquei muita reflexão e energia em meu ensino e fui premiada com o *Edwin*

⁴ O “movimento Santuário” foi uma campanha religiosa e política ocorrida nos Estados Unidos, que teve início em princípios dos anos 1980. Seu objetivo era fornecer amparo seguro para os refugiados centro-americanos que fugiam de conflitos civis em seus países de origem. O movimento foi uma resposta às políticas federais de imigração que dificultavam a obtenção de asilo para os centro-americanos. No seu auge, o Santuário envolveu mais de 500 congregações nos Estados Unidos, que, ao se declararem “santuários” oficiais, se comprometiam a fornecer abrigo, proteção, bens materiais e muitas vezes aconselhamento jurídico aos refugiados centro-americanos. Várias denominações religiosas estavam envolvidas, incluindo luteranos, Igreja Unida de Cristo, católicos romanos, ortodoxos orientais, presbiterianos, metodistas, batistas, judeus, universalistas unitários, quakers e menonitas. Os membros do movimento agiram desafiando as leis federais (desobediência civil) e como cidadãos defendendo leis que achavam estarem sendo violadas pelo Governo Norte-americano (iniciativa civil). Várias figuras proeminentes do Santuário foram presas e julgadas em meados dos anos 1980, incluindo seus dois “fundadores”, John Fife e James A. Corbett. As raízes históricas do movimento derivam do “direito de santuário” nas leis medievais e nos ensinamentos sociais judaicos e cristãos. Suas raízes contemporâneas derivam da Guerra Civil Americana e de seus Caminhos Subterrâneos [*Underground Railroad*], bem como dos santuários oferecidos a contestadores de consciência durante a Guerra do Vietnã. Cf. RABBEN, Linda. *Sanctuary and Asylum: A Social and Political History*. Seattle: University of Washington Press, 2016.

T. Johnson e Cynthia Shearer Johnson Distinguished Teacher in the Humanities (2014-2017). Eu me aposentei do ensino no ano passado com o status de Professora Emérita.

Durante todo o tempo, claro, eu também estava pesquisando, escrevendo, me apresentando em conferências e publicando. Nada disso eu poderia ter realizado sem um generoso financiamento. Tive a sorte de receber uma bolsa Fulbright em 1995/96 para a pesquisa de tese no Brasil, e duas bolsas do Instituto Latino-Americano da UNM me permitiram tempo para escrever a tese. Passei o verão de 2002 em Lisboa graças a uma bolsa da Biblioteca Nacional—Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Uma bolsa me concedeu tempo de pesquisa na John Carter Brown Library em Providence, Rhode Island, em 2005, e uma Mellon Grant⁵ me permitiu retornar ao Brasil em 2009.

Assim, embora minha pesquisa se concentre na Amazônia colonial, eu me caracterizaria como uma pesquisadora generalista. Como única latino-americanista no Departamento de História de Gettysburg, dei aulas sobre o Mundo Atlântico, ministrei cursos sobre a História da América Latina Colonial e a História da América Latina Moderna, dei um curso sobre o Brasil, mas também um sobre a Revolução Mexicana, um seminário sênior sobre crônicas de expedições das Américas, e até mesmo um seminário interdisciplinar de primeiro ano chamado “Perspectivas culturais sobre o corpo”.

AP - Como se deu o seu primeiro contato com a história da Amazônia?

Em 1977, como aluna de graduação no Colorado College, fiz o curso de pesquisa de Peter Blasenheim sobre a história do Brasil recomendado por John Monteiro. Embora a maior parte desse curso se concentrasse no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, uma das leituras obrigatórias era *The Golden Age of Brazil, 1695-1750*, de C. R. Boxer, o que me ofereceu ocasião para uma exposição inicial à Amazônia colonial. Não muito tempo depois, em 1980, depois que nos mudamos para Chicago, John ganhou uma cópia de *Red Gold*, do John Hemming, que influenciou a nós dois. Nos anos subsequentes, li amplamente muitos relatos de viagens publicados — Carvajal, La Condamine, Wallace, Spruce e outros —, bem como Lévi-Strauss e estudos antropológicos adicionais.

AP - Com exceção de trabalhos como os de David Sweet, ou David Davidson, não havia muitas investigações a respeito do passado colonial da Amazônia na historiografia americana à época do início das suas pesquisas. Como se deu o processo de escolha do seu objeto de estudos?

⁵ Subvenção de pesquisa da Andrew W. Mellon Foundation (fundação privada de Nova Iorque, EUA).

É isso mesmo, havia apenas um punhado de teses acadêmicas - além das duas que você mencionou, eu acrescentaria aquelas de Mathias Kiemen, Robin Anderson e Arlene Marie Kelly - mas estudiosos mais experientes como Dauril Alden e Colin MacLachlan também trabalharam em tópicos amazônicos. Para o período contemporâneo, destaca-se o livro de Barbara Weinstein sobre o *boom* da borracha. Acho que essa relativa escassez resultou de alguns fatores: os estudantes de Ph.D. geralmente procuram um tópico de tese durante o curso. Então, devido ao domínio dos estudos coloniais espanhóis nos EUA e à falta de aulas de português, a especialização no Brasil é relativamente rara. Daí porque a historiografia por muito tempo considerou a Amazônia marginal e os acadêmicos enfocaram o sudeste do Brasil nos séculos XIX e XX, e os estudantes não gravitaram para ela como centro de suas pesquisas. No meu caso, entrei no Programa de doutorado sabendo que queria trabalhar sobre a Amazônia.

Veja como isso aconteceu: eu conheci a Dra. Roosevelt quando ela era uma pesquisadora bolsista na *School of American Research* em Santa Fé de 1989 a 1990. Dado meu interesse em arqueologia, experiência de viagem na América Latina e familiaridade com o português, ela contratou a mim e a Jim para participarmos de sua expedição na Amazônia, e foi aí que adquiri conhecimento da região em primeira mão. Em Belém, no Museu Paraense Emílio Goeldi, nos reunimos com estudiosos, estudamos os acervos arqueológicos e utilizamos a biblioteca. Adquirimos mapas muito necessários no Instituto Histórico e Geográfico do Pará – importantes, se você se lembra, porque ainda não existiam recursos digitais da internet. E Anna organizou alguns jantares memoráveis com bolsistas do Museu e da UFPA – aliás, eu conheci o Dr. Décio Guzmán num deles. Também me lembro de levantar de madrugada e caminhar até o Ver-o-Peso para o impressionante mercado semanal de açaí. E agora que penso nisso, em nossa primeira noite em Belém, nossos colegas brasileiros - Christiane Lopes Machado, Maura Imazio da Silveira, junto com Eduardo Góes Neves, que havia estado em casa na Universidade de Indiana - nos colocaram num táxi e nos levaram para dançar no Palácio dos Bares. De Belém, subimos o rio [Amazonas] de barco parando em Gurupá, Almeirim e finalmente chegamos a Monte Alegre, onde passamos a temporada trabalhando na Caverna da Pedra Pintada. Nossos colegas de trabalho - arqueólogos do Rio de Janeiro e, também pessoas do local - nos ensinaram sobre todos os assuntos da flora, fauna e cultura regionais: desde a remoção sem riscos de ovos de “bicho do pé” e evitar cabas [marimbondos], até partir o tucunaré, processar a mandioca e saborear uma miríade de frutas.

De volta ao Novo México, matriculei-me em cursos de arqueologia e num seminário sobre arte Maya na UNM e li de forma autônoma. Decidi me formar em História em parte porque também poderia me especializar em Antropologia e porque percebi que as fontes históricas poderiam me permitir responder questões fundamentais sobre o Pará. A tradição acadêmica comentava sobre a influência cultural indígena no Norte brasileiro, mas havia tão pouca informação sobre estes povos. Hemming enfatizava o

desaparecimento da população indígena, mas era evidente que os sobreviventes haviam moldado as cidades do Baixo Amazonas e seus descendentes ainda estavam lá, embora modificados, é claro, ao longo do tempo.

Quando comecei o Programa de doutorado, o brasileiro da UNM saiu da instituição, mas inventei projetos relacionados à Amazônia sempre que pude: usei um fac-símile do relato de Heriarte para um curso sobre edição histórica e o diário do padre Samuel Fritz para estudar Métodos de Pesquisa Histórica. Embora não fosse o ideal, eu não tinha dinheiro para estudar em outro lugar e trabalhava três dias por semana na livraria. Então, minha formação acadêmica foi moldada principalmente pela historiografia colonial espanhola, mas isso não me pareceu estranho porque John havia feito grande parte de seu curso em Chicago com especialistas sobre o México. Acho que este fato acabou sendo proveitoso quando abordei minha pesquisa de tese, porque cheguei ao assunto com uma perspectiva ampla.

AP – Se costuma dizer que a renovação historiográfica na Amazônia se deu no começo dos anos 2000, envolvida pela expansão dos programas de pós-graduação. A sua tese de doutorado também é desse mesmo período e foi referenciada por todos os autores subsequentes que escreveram sobre a região. Como a senhora desenvolveu o argumento da tese e como é ver o seu trabalho se tornando uma referência para os estudos posteriores ao seu?

Quando me candidatei ao Fulbright⁶, já questionava muitas suposições sobre a Amazônia. Eu estive envolvida no trabalho arqueológico de Anna que se baseou nas ideias de Donald Lathrap e conheci os estudiosos em Belém que estavam repensando os impactos humanos de longo prazo na ecologia da região. Após a temporada de campo em 1992 no Pará, Jim e eu participamos da grande conferência “500 anos” no Rio de Janeiro, onde, além de inúmeros trabalhos de história, ouvimos memoráveis discursos de lideranças indígenas e tomamos conhecimento de avanços significativos na historiografia. Graças à Câmara Brasileira do Livro, fui convidada para a Feira do Livro de São Paulo em 1994, onde adquiri publicações pioneiras: *As Muralhas dos Sertões* de Nádia Farage, *História dos Índios no Brasil* organizada por Manuela Carneiro da Cunha, *Negros da terra* de John, juntamente com alguns outros volumes marcantes do início dos anos 1990.

Mais tarde, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro em 1996, percebi que, ao focar no Diretório [dos Índios]⁷, poderia responder a perguntas que havia desenvolvido durante meus

⁶ O “Fulbright Foreign Student Program” é um programa de bolsas de estudo (Fulbright Fellowships e Fulbright Scholarships), fundado pelo senador J. William Fulbright, e patrocinado pelo Bureau of Educational and Cultural Affairs do Departamento de Estado dos Estados Unidos, governos de outros países e pelo setor privado.

⁷ O “Diretório dos Índios” foi uma lei elaborada em 1755, e tornada pública em 1757, por D. José I, rei de Portugal, através de seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, que dispunha sobre os aldeamentos indígenas, elevando estes à condição de vilas ou aldeias, administradas por um diretor.

primeiros dias no Pará. Depois, fiquei totalmente estupefata quando vi a riqueza de documentos de arquivo da APEP [Arquivo Público do Estado do Pará] e vislumbrei um tema “quente” – a perspectiva local de um período que até então era pensado quase exclusivamente a partir de um enquadramento administrativo colonial. A cada dia no APEP eu encontrava novas perspectivas dos indígenas do século XVIII - indivíduos e não grupos étnicos - e sua vida cotidiana nos lugares que visitei: Monte Alegre, Santarém, Alter do Chão, Gurupá, Almeirim, Prainha e, claro, Belém. Acho que o mais surpreendente foram as cartas escritas e assinadas pelos *principais*⁸ — eu não estava preparada para elas. De fato, não estava preparada para os *principais*, embora Nádia Farage os tivesse inscrito no contexto de Rio Branco. Mas dada a minha familiaridade com figuras semelhantes e correspondência nas Américas em geral, a presença deles fazia sentido para mim, embora não aparecessem na historiografia.

Eu me perguntei por que os historiadores usavam essas coleções [de documentos] tão raramente, com algumas exceções notáveis como David Sweet. O que pessoas que conheci em lugares como Monte Alegre e Alter do Chão contaram sobre sua história local não estava refletido na historiografia. Isso não quer dizer que os clássicos – João Capistrano de Abreu, ou João Lucio d’Azevedo, por exemplo – assim como estudos regionais como os de Arthur Cézár Ferreira Reis não sejam fontes úteis quando usados seletivamente. Na verdade, acho que muitos estudiosos às vezes negligenciam esses estudos. Mas quanto mais eu me familiarizava com as fontes secundárias mais antigas e reconhecia certos tropos historiográficos, mais eu percebia que, a partir do século XIX, as elites haviam excluído amplamente os povos indígenas do passado do Brasil e descartado a história do Norte em geral. Durante a década de 1970, dada a atenção concedida aos desafios enfrentados pelos indígenas contemporâneos e outros povos marginalizados, fazia sentido que sua vitimização tivesse sido enfatizada. No entanto, ficou claro para mim que a dizimação dos povos indígenas durante o período colonial por meio de escravidão, deslocamentos, guerra e doença era apenas parte da história, embora fosse uma parte importante. Eles não haviam simplesmente morrido ou fugido para os confins das florestas. Alguns permaneceram membros ativos da colônia e alguns se misturaram com europeus e africanos, assim como em outras regiões das Américas. Com ideias sobre “agência” firmemente enraizadas na historiografia hispano-americana, e com estudiosos brasileiros reconsiderando a história indígena, pude ver como os documentos da APEP poderiam ressignificar a história do Pará colonial.

Lembro-me de me encontrar com alunos da UFPA em novembro de 1996 para discutir minha pesquisa após uma palestra que intitulei “História Indígena e Identidade Amazônica”. As reações dos alunos

⁸ Denominação empregada pelos portugueses para designar as lideranças indígenas durante o período colonial no vale amazônico.

foram bastante variadas: alguns contaram histórias familiares intrigantes que sugeriam um passado indígena, enquanto um aluno em particular perguntou por que todo mundo estava sempre falando sobre os indígenas - e sobre todos os outros? Isso mesmo. E eles? Achei encorajador que os alunos estivessem tão envolvidos em seus estudos e fizessem perguntas desafiadoras. Também acho importante pensarmos sobre o que está impulsionando nosso interesse pela história. Ao contrário dos etnólogos, não somos treinados para abordar nossa pesquisa e escrever subjetivamente, mas é claro que nossas próprias experiências inevitavelmente moldam nosso trabalho.

Quanto à minha tese ser influente, bem, certamente fiquei satisfeita quando fui aprovada em minha defesa com distinção no ano 2000, mas só pude ver as deficiências àquela época - todas as perguntas sem resposta e tópicos não desenvolvidos. Simplesmente não estava pronta para ser um livro. Precisava fazer mais pesquisas, especialmente em Portugal, para contextualizar e porque queria saber mais sobre religião e crenças populares, pois sabia que os arquivos da Inquisição poderiam fornecer estas informações. Fui convidada para uma conferência em Lisboa em 2000, onde conheci Maria Beatriz Nizza da Silva, Ângela Domingues, Laura de Mello e Souza, e muitas outras, e pude fazer uma breve visita à Torre do Tombo. Enviei minha tese para Ângela e ela me enviou seu livro, *Quando os índios eram vassalos*. Apreciei imediatamente sua contextualização minuciosa, mas também fiquei fascinada porque, por ela usar fontes arquivísticas portuguesas e eu brasileiras, apresentamos perspectivas bastante diferentes sobre o mesmo período – uma do ponto de vista imperial e outra do local.

Na Torre do Tombo, encontrei novas fontes a partir das quais desenvolvi “Cupid on the Amazon: Sexual Witchcraft and Society in Late-Colonial Pará, Brazil” (2003). Este artigo agora pode ser facilmente encontrado online, mas por mais de uma década foi de difícil acesso, acho que por isso raramente foi citado, embora eu sempre o tenha achado bastante revelador da sociedade colonial. Nele tentei mostrar que raça, etnia e até mesmo classe tiveram pouca influência na difusão das práticas culturais no Pará, pois as pessoas compartilhavam seus conhecimentos sobre a magia esotérica do amor. Ele revelou as interações cotidianas das cidades do Diretório com a sociedade paraense mais ampla e ajudou a definir o desenvolvimento de uma cultura regional única.

O outro ensaio que considero útil para entender a fluidez cultural na região durante esse período – embora raramente citado – é “Wigs, Weapons, Tattoos, and Shoes: Getting Dressed in Colonial Amazonia and Brazil” (2007). Ainda leio historiadores citando críticos do Diretório na década de 1780, alegando que a Fazenda pagava salários com bens inúteis aos indígenas, embora fontes documentais mostrem que eles haviam solicitado sapatos, meias, tecidos especiais e assim por diante. Ainda estou tentando entender exatamente o que mudou no Pará depois de 1777 – a década de 1780 foi claramente um período difícil para as comunidades do Diretório e membros indígenas livres da colônia, conforme descrevi em “Why Joanna

Baptista Sold Herself into Slavery” (2012). Muitas páginas de correspondência nos arquivos dessa época retratam antigas autoridades regionais batendo de frente com governadores recém-nomeados e outros, mas ainda estou analisando como as coisas mudaram localmente.

A propósito, gostaria de dar uma dica aos pesquisadores que utilizam os processos da Inquisição da Torre do Tombo relativos ao Norte do Brasil: solicitem números de processos próximos aos já identificados porque, como constatei, muitas vezes estavam agrupados. Foi assim que encontrei o Processo de Pedro de Braga, no qual pude me basear quando escrevi “Colony of the Sertão” em 2004, seguido por “Cracking Down on the Cunhamenas”, publicado em 2006. Achei que esses dois textos virariam a primeira seção de um livro – junto com um ensaio que ainda estou terminando sobre a incorporação dos *cunhamenas*⁹ às famílias indígenas – sobre a transição do período das missões para o período do Diretório. O caso de Braga tem sido uma fonte incrivelmente útil. Sua declaração de que os indígenas nas missões do Rio Negro continuaram a praticar ritos tradicionais com a participação ocasional dos *cunhamenas* me fez reconsiderar suas conexões, bem como a vida nas missões.

Porém, eu me empolguei tanto com os *cunhamenas* durante aqueles anos que não tive tempo de revisar um manuscrito que havia submetido à *Hispanic American Historical Review* em 2004, “Flexible Frontiers: Indigenous Mobility in Late-Eighteenth Century Pará, Brasil”, embora tenha recebido boas sugestões de David Sweet e de um leitor anônimo. É essencialmente construído a partir do capítulo 4 da minha tese. Finalmente retrabalhei aquele texto e só recentemente ele foi publicado como um capítulo em *The Oxford Handbook of Borderlands of the Iberian World* (2019).

AP - A senhora tem acompanhado a produção historiográfica da Amazônia nos últimos anos? Qual a sua percepção desses trabalhos?

Tornou-se impossível acompanhar o enorme volume de novas obras produzidas no Brasil. Como você diz, com os novos programas de pós-graduação, o campo da história amazônica floresceu. E quando isso aconteceu, minha capacidade de retornar ao Pará com alguma frequência tornou-se cada vez mais limitada pelo ensino, responsabilidades administrativas, deslocamento e necessidades familiares. Felizmente para mim, no entanto, colegas no Brasil têm me enviado generosamente artigos e teses de interesse, e pude ouvir seus trabalhos na ANPUH em 2003 e 2009, e em uma conferência de 2009 na Universidade Federal Fluminense.

⁹ Em uma tradução livre o termo *Cunhamena* significa “Casado com a mulher”. O termo faz referência aos sujeitos que criavam relações sociais entre os grupos indígenas baseados nas relações de casamentos.

Tenho acompanhado o trabalho de colegas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade Federal do Pará (UFPA). Na maioria dos casos, eles estão elaborando suas teses para cobrir temas mais amplos: Almir Diniz de Carvalho Jr. deixou a conversão cristã para estudar mais amplamente o controle colonial dos corpos, da sexualidade e da moral; Rafael Ale Rocha expandiu seu trabalho sobre as elites indígenas para um estudo mais amplo das elites militares, que é um tópico importante; A recente pesquisa de Patrícia Melo Sampaio sobre os negros do Rio Negro também é importante e uma extensão lógica de seu trabalho anterior sobre demografia, hierarquia e desigualdade. Quanto à UFPA, fiquei impressionada com a retomada da história econômica por Rafael Chambouleyron e seus alunos, especialmente a importância relativa das economias agrícola e extrativista. Tive a honra de participar da Banca de Defesa de tese de Camila Loureiro Dias na EHESS em Paris (2014) e li a tese relevante de André Pompeu que se baseia em nossa compreensão da economia da dívida ao longo do tempo. E, claro, o Décio e a Magda Ricci continuam na UFPA produzindo um excelente trabalho. Devo mencionar também os antropólogos que escrevem história e também publicaram documentos primários, como Márcio Meira e Marta Rosa Amoroso. Em “Colony of the Sertão” me baseei largamente no *Livro das Canoas* que Márcio publicou, e usei a publicação de Marta e Nádia Farage dos documentos de Alexandre Rodrigues Ferreira e Henrique João Wilckens.

Embora eu imagine que cada indivíduo sinta que seu trabalho avance meticulosamente devagar, quando consideramos como um grupo, percebe-se que no conjunto temos uma compreensão muito diferente do passado amazônico de há pouco tempo atrás. E, claro, os docentes da UFPA e da UFAM têm treinado assiduamente seus alunos para dar continuidade ao trabalho. A única desvantagem é que simplesmente não consigo acompanhar todas as novas dissertações produzidas na última década. Meus parabens a todos!

Também devo destacar os esforços dos estudiosos europeus que criaram oportunidades para olharmos além das fronteiras nacionais e reunirmos pesquisadores internacionais sobre a grande Amazônia, o que acredito pode levar a novas formas de pensar sobre a região. Tive a sorte de ter participado de um *workshop* em St. Andrews, na Escócia, intitulado “Andes, Amazon and Their Transformations: Comparisons, connections and frontiers between the highland and lowlands of South America” em 2006. Os organizadores trouxeram novos alunos de doutorado, e como eu estudiosos seniores (a maior parte antropólogos) para estarem juntos em St. Andrews por alguns dias intensos de apresentações e discussões. Mais recentemente, Mark Harris e James Andrew Whitaker organizaram workshops com o Zoom muito úteis intitulados “Alliances and Partnerships in Lowland South America”. A pouquíssimo tempo recebi a notícia de que Rafael Chambouleyron e Pablo Ibáñez estão preparando um dossiê “Amazônia ibérica colonial” para a revista *Fronteras de la Historia*, que é um projeto que vale a pena nessa mesma linha.

AP - A senhora esteve no Pará durante o processo de pesquisa, além de ter utilizado uma quantidade substancial de documentos do Arquivo Público do Pará. Qual a sua percepção acerca dos fundos documentais que podem ser utilizados, como no caso do APEP?

As coleções do APEP fornecerão evidências para muitas gerações de historiadores futuros: os vários tipos de documentos — certidões de embarque, petições, correspondência, relatórios, gráficos e muito mais — sobre uma infinidade de tópicos são simplesmente impressionantes. Eu basicamente morei lá [no APEP] em 1996 e não só porque ficava sentada na sala de leitura por horas todos os dias transcrevendo documentos crivados de cupim com apenas uma pausa rápida para o almoço “por quilo”. Jim e eu ficamos no Hotel Vitória Régia logo atrás do Arquivo e nossa janela dava para os fundos do Arquivo. Eu não poderia ter ficado mais perto desses documentos! Devo mencionar também que fiquei muito impressionada com a administração do APEP – Geraldo Mártires Coelho e Márcio Meira foram diretores durante minha passagem por lá – e funcionários. As restrições de financiamento eram severas, mas os arquivistas eram imensamente dedicados ao seu trabalho, tentando ao máximo conservar materiais degradantes e criar instrumentos de pesquisa. Em 1996, tive que solicitar os Códices da coleção quase aleatoriamente, selecionando um intervalo de anos - portanto, muitas das minhas descobertas nos arquivos foram totalmente acidentais - mas, na visita seguinte pude acessar os materiais por data e índices de localidade. Outra mudança nas últimas duas décadas veio com o maior acesso a materiais de arquivo adicionais, como registros paroquiais e cartórios.

AP - A senhora acredita que exista hoje um campo de estudos sobre a história do Brasil, ou mais precisamente, sobre a Amazônia na historiografia dos Estados Unidos da América?

A historiografia do Brasil nos Estados Unidos ainda é predominantemente dominada pelos séculos XIX e XX e o número de estudiosos coloniais ativos permanece comparativamente limitado: Stuart Schwartz, Alida Metcalf, Mary Karasch, Timothy Coates, Tom Cohen, Hal Langfur, James Sweet, Mariana Dantas, Kittya Lee, Neil Safier, Heather Roller, Anil Mukerjee e eu, junto com aqueles que fazem tópicos comparativos, aqueles que se aposentaram, mas ainda publicam, e aqueles que posso ter esquecido. Este é um grupo robusto de estudiosos, embora apenas um punhado trabalhe sobre a Amazônia. Quanto ao período moderno, vale citar *Blacks in Amazonia* (2018), de Oscar de la Torre, e os três livros de Seth Garfield, incluindo o novo *Guaraná* (2022). As estatísticas também são reveladoras: as teses escritas sobre o Brasil colonial nos Estados Unidos e Canadá chegaram a 15,8% do total na década de 1990, mas caíram na década de 2010 para apenas 11,1%, segundo Hendrik Kraay em 2020 “Brazil’s Historians in North America, 1980-2019: A Survey of Their Careers” na revista *Brasiliana*. Do total de 172 teses escritas nesse período de quarenta anos, apenas 11 se concentraram na região Norte, enquanto foram 42 sobre o Nordeste e 82 sobre

Entrevista com Bárbara A. Sommer

o Sudeste. Na década de 2000, a minha era a única tese sobre o Norte, e só houve uma na década de 1990 – então, sim, era incomum o fato de eu decidir trabalhar sobre a Amazônia. Curiosamente, esse número aumentou para seis na década de 2010, mas ainda não temos volume de trabalhos para chamar a Amazônia de campo propriamente dito. Eu imagino que a mudança climática e as preocupações ecológicas despertarão um novo interesse sobre o contexto histórico, mas claramente o *locus* do novo trabalho histórico está firmemente fixado na própria Amazônia – a quantidade de estudos sobre os EUA empalidece em comparação.

